

KÁSSIA PRISCILLA MACIEL SANTIAGO

Reestruturação Urbana e Violência:

Um estudo de caso sobre segurança pública na cidade de Itaguaí (RJ) entre os anos de 2002 e 2010

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro

2012

“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”

(2 Timóteo 4:7)

A mamãe, papai e João

Agradecimentos

A mamãe e papai, Verônica e Ricardo, por todo amor, compreensão e carinho que permeiam a minha vida. Mais ainda: por terem me ensinado o que é cuidado com quem se ama e o que é verdadeiramente união. Independentemente do quão ruim as coisas estejam, de qual distâncias estejamos uns dos outros, sei, e espero do fundo do coração que vocês também saibam, que estaremos sempre juntos.

Ao Zé, por todas as conversas de adolescência, por todo companheirismo nos momentos críticos e por todas as andanças noturnas de volta para casa. Muito do que vivemos está aqui presente, muito daqueles dias fazem de mim o que sou hoje. Obrigado, mesmo. As meninas do Zé: Milena, Diana e Lara! Família linda do Zé, que, de tão linda, faz agente ter esperança em um amor que tudo suporta, que tudo supera e que a cada dia se embeleza mais. A Laroca, tão convencida que a tia tem sempre um texto que pode se transmutar em um lindo quadro em que o Sol brilha. Que um dia ela venha a saber que um texto é geralmente um lindo quadro em que o Sol pode brilhar, e que sim, sempre tenho um texto que ela pode transfonar em uma obra de Monet. A Diana, que me ensinou o que é ver uma vida crescer, como é ver alguém se tornar uma pessoa. A Di sempre me obriga, diante de uma pergunta inusitada, a repensar as minhas respostas prontas. *“Estaria maluco se não estivesse junto”*.

A família que me adotou: sogro Ziurãn, sogra Oquisan e cunhado Lucas. Obrigado por terem me acolhido no momento que eu mais precisei, obrigado por continuarem fazendo isso. Mais grata ainda sou pelo exemplo cotidiano de amor e harmonia. Nunca terei palavras para expressar o quão grata sou e o quanto venho aprendendo.

A Jovita, a Tatiane e ao Igor, por toda amizade e carinho durante esses anos e pela paciência com nos momentos em que eu não estive presente. Afinal, amigos são a família que agente escolhe. A professora Ana Lúcia, do Ctur, por me ensinar o que é amor e dedicação ao trabalho que se faz. Ao Ctur, pelo melhor tempo da minha vida.

Ao meu orientador, professor Orlando Júnior, pela ajuda e pela compreensão em meus incansáveis desaparecimentos. Sei que esta monografia não é o que nós pretendíamos, mas sei também que ela é apenas o princípio da caminhada.

Ao meu marido, João. O amor da minha vida. *“Não importa o que aconteça, amo muito você e o meu coração sempre será seu”*. Pela compreensão por todas as mudanças que esses poucos anos de estudos provocaram em mim. Obrigado por se manter ao meu lado diante da cartarse; sei que não é fácil. Obrigado por não reclamar das milhares de vezes que eu falo de Itaguaí, por entender meus horários loucos, minha rotina doida, minhas opções de vida e aceitar as causas aonde ponho as trincheiras da minha vida. Obrigado por saber que no final você é o fundamental da minha vida. *“Ainda bem que você vive comigo, por que senão como seria essa vida?”*

Que eu possa apenas copiar e colar estes agradecimentos na monografia do mestrado.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Sessão I – A História de Itaguaí e Sua Reestruturação Urbana Contemporânea	12
I.I – Histórico Organizatório de Itaguaí	13
I.II – Reestruturação Urbana Contemporânea de Itaguaí	19
3. Sessão II – O Discurso da Insegurança	24
4. Sessão III – A Efetiva Incidência Criminal	29
5. Conclusão	38
6. Tabelas	41
7. Referências Bibliográficas	45

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar de que modo o processo de reestruturação urbana ocorrido no município de Itaguaí contemporaneamente impacta a sociedade local. Com recorte temporal fixado entre os anos de 2002 e 2010, opta-se pela busca das modificações itaguaiense focalizando a questão da violência e da disseminação do medo em Itaguaí. Para alcançar tal finalidade, este trabalho realiza a análise dos dados oficiais criminais do município nos contidos dentro do recorte temporal previamente fixado, além de trazer o discurso de alguns atores sociais locais. Esta pesquisa procura expor como a reestruturação urbana é passível de produzir não apenas um aumento nas taxas criminais locais, possibilitando para além disso a propagação do medo e da insegurança local.

Palavras Chaves: Violência, Urbanização, Itaguaí, COMPERJ, Porto de Sepetiba, CSA.

Introdução

A questão da violência, especialmente da violência urbana, tem sido tema de importantes debates nos mais diversos segmentos em nossa sociedade indo tal preocupação além dos redutos tradicionais que historicamente se debruçam sobre a temática. Um dos argumentos mais mobilizados para tornar legítimo este interesse crescente em torno desse objeto é sem dúvida o inegável impacto que a presença da violência é capaz de fazer incidir sobre a sociedade. Em nosso contexto político e histórico, em que a proteção à integridade física do indivíduo torna-se um direito, bem como a garantia da propriedade privada (e por extensão, dos bens materiais), percebe-se a construção de um senso comum orientado em torno da percepção de uma suposta obrigação do Estado em garantir a segurança de sua população, seja esta ação promovida pelo Estado pautada em políticas preventivas ou corretivas.

A questão da violência, especialmente da violência urbana, tem sido tema de importantes debates nos mais diversos segmentos em nossa sociedade, indo tal preocupação além dos redutos tradicionais que historicamente se debruçam sobre a temática. Um dos argumentos mais mobilizados para tornar legítimo este interesse crescente em torno desse objeto é sem dúvida o inegável impacto que a presença da violência é capaz de fazer incidir sobre a sociedade. Em nosso contexto político e histórico, em que a proteção à integridade física do indivíduo torna-se um direito, bem como a garantia da propriedade privada (e por extensão, dos bens materiais), percebe-se a construção de um senso comum orientado em torno da percepção de uma suposta obrigação do Estado em garantir a segurança de sua população, seja esta ação promovida pelo Estado pautada por políticas preventivas ou corretivas.

No Brasil verifica-se uma escalada da violência que se avoluma a partir dos anos 1980, tendo esta ampliação no número de incidências criminais força maior nas grandes cidades e capitais metropolitanas. Tal relevância emergente deve-se a presença de grupamentos criminosos que passam a exercer o domínio de territórios habitados por comunidades de baixo poder aquisitivo. Entretanto não é unicamente o aumento das estatísticas criminais associada a uma tomada de parte desses território por parte do narcotráfico em comunidades carentes que leva o tema da

violência a se difundir na sociedade. Observa-se nos anos 1990 que a violência urbana extrapola os limites das comunidades carentes, interferindo no cotidiano da classe média e da classe alta em cidades importantes economicamente, como Rio de Janeiro e São Paulo. Conjuntamente com a ampliação da violência, tem-se um alargamento da cobertura midiática em torno da temática, fazendo proliferar um sentimento de vulnerabilidade na sociedade, sentimento este que está além das grandes cidades. O crime torna-se um “ente” presente no imaginário popular, mesmo em localidades em que não há efetivamente uma ampliação das taxas criminais.

Este afetar direto sobre a dinâmica social está cada dia mais presente no cotidiano das grandes cidades, seja através de efetivas práticas violentas e ilegais, seja presente permeando o imaginário social. Na medida em que se torna um “problema social”, a violência se desenvolve enquanto centralidade nos debates públicos, sendo participes de discussões a cerca da questão não apenas especialistas, mas também a sociedade civil, fortemente mobilizada ou não.

No campo das ciências sociais, especialmente na sociologia urbana, encontramos diversos estudos envolvendo a percepção da violência como um problema, que se desenvolve de modo peculiar no âmbito do urbano, sendo um fenômeno multifatorial e passível de produzir uma violência específica, fincada nos novos padrões de ordenamento social. Michel Misse em sua obra “Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudo de sociologia do crime e da violência urbana” (MISSE, 2006) constata que a criminalidade cresce conforme cresce a industrialização e a urbanização. Este argumento expresso pelo autor dialoga com a forma como a questão da violência urbana fora tratada e defendida por sociólogos e antropólogos contemporâneos à ele. Dentro desta abordagem, importava pensar, em especial, comunidades carentes, tidas muitas vezes como espaços isolados, guetos ou enclaves, em que o poder público permaneceria distante.

O enfoque de Maria Alice de Carvalho (CARVALHO, 2005), trás uma perspectiva de análise diferenciada, pensando a violência articulada a dinâmica política, em associação com o território, e como produto da ausência de recursos estatais em áreas marginalizadas, gerando a falta da cidadania que deveria ser garantida pelo Estado Democrático de Direito. Este entendimento sobre a violência associada ao território dialoga com o conceito de “sociabilidade violenta”, utilizada

por Luiz Antônio Machado da Silva, para expressar que esta forma de inserção em que a população de baixa renda é mantida a margem da sociedade é passível de produzir uma produção simbólica local em que a violência torna-se expressão máxima.

A hipótese geral da pesquisa gira justamente em torno da percepção de que o acelerado crescimento urbano das cidades brasileiras é fator importante, ainda que não o único, para o crescimento da desta criminalidade local; o acelerado crescimento urbano, quando este está associado à ampliação da renda apenas para alguns segmentos da sociedade e ao crescimento das desigualdades sociais, tenderia a impulsionar aumento das desigualdades no território, o que poderia levar a ampliação das taxas criminais locais. A ideia defendida é que o crescimento econômico e populacional associado ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é fator contributivo para aumento de incidências criminais, em especial quando este crescimento não é acompanhado de ampliação de políticas públicas capazes de articular as diversas esferas de poder em um plano preventivo para os problemas oriundos do processo de urbanização acelerado. Para além deste crescimento real, este trabalho importa-se especialmente com a percepção da violência como um forte fator estruturante na formação subjetiva da sociedade urbana, tendo em vista, como . É caro buscar compreender em que medida o crescimento urbano é capaz de afetar a vida cotidiana cidadina, dando especial atenção a questão do medo na população, uma vez que entendemos que, como aponta Loïc Wacquant(2002), que os “Há alguns anos a Europa vem sofrendo a escalada de um desses “pânicos morais” [seriam] “capazes, por sua amplitude e virulência, de mudar profundamente os rumos das políticas estatais e de redesenhar duradouramente a fisionomia das sociedades por ele atingidas”

Se Wacquant trata do caso europeu especificamente, entendemos que esta redefinição da fisionomia da sociedade de que fala o autor e que tem por motriz o medo socialmente construído ultrapassa esse contexto específico. está além do exemplo da Europa. Trabalhamos com a hipótese de que esta redefinição da identidade de da fisionomia social local que é produzida pelo medo está presente de forma clara no processo de reestruturação urbana e na urbanização brasileira. Esta característica torna-se ainda mais evidente quando há ampliação do número de cidadãos no território (cidadãos estranhos à vida local) e este processo de redelineamento social é fruto de ações exógenas a lógica que até regia a sociedade.

É neste ponto analítico que Itaguaí, município que se encontra a cerca de 80 km do centro da metrópole fluminense, surge como objeto de pesquisa. Localizado na Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro este município que contava nos anos 1990 com cerca de 80 mil habitantes, tem no ano de 2010 sua população ampliada em torno de quarenta por cento. Itaguaí tem passado nos últimos 10 anos,

por importantes modificações no tocante a sua ocupação e função na rede urbana do estado. Nos anos 1990 a cidade produzia sobre si uma imagem de reduto pacífico com características de cidade pequena, que a despeito do volume de capital que o setor de serviços produzira e o número de residências urbanas, guardava em si o imaginário de cidade rural.

Os crimes políticos eram sem dúvida a grande preocupação na questão da segurança, com assassinatos de prefeito e vereadores povoando o imaginário popular. Segundo relatos policiais extraoficiais, os crimes contra o patrimônio mantinham “regularidade baixa”, havendo ainda a presença do narcotráfico através da figura dos “passadores” menores (pequeno traficante responsável por trazer quantidades módicas de cocaína e maconha de comunidades localizadas em Santa Cruz), embora estes não tivessem o controle territorial ou afetassem a vida da comunidade.

Em suma, Itaguaí, no fim dos anos 1990, era uma cidade de 80 mil habitantes, que carregava consigo uma auto imagem rural, com traços e hábitos de uma cidade pequena que, a despeito de sua proximidade com a segunda maior capital do país, reunia seus adolescentes em torno da praça central da cidade, após o culto ou missa, tornando esta a atividade cultural central da cidade. A política neste momento estava dominada por práticas coronelistas que iam desde a compra ou troca de votos até o assassinato de adversários políticos, que, contudo não afetavam a vida pacífica da cidade ou a visão de segurança e não violência que esta possuía de si.

Itaguaí, entretanto, retoma de forma agressiva a agenda pública de desenvolvimento local baseado em uma ação vertical do Estado dentro de suas divisas. A proposta de desenvolvimento gerada e executada pelo Estado dentro do município está plantada em novas necessidades e demandas oriundas da exploração petrolífera da Bacia de Campos, base contemporânea da economia fluminense, em que o Porto de Itaguaí e sua capacidade operacional tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da economia metropolitana uma vez que nele deveria ser escoada a produção petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Soma-se este cenário a construção e as operações previstas para o grupo Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), e cria-se à precisão de uma rede de infraestrutura e

suporte que pudesse dar vazão a nova realidade da Área Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Essa necessidade de infraestrutura irá impactar o modo de vida itaguaiense de forma *sui generis*.

Hoje, o município conta oficialmente com o número aproximado de 110 mil habitantes, organizados em torno de um cenário em que a cidade retoma o seu processo de urbanização com verbas de origens públicas e privadas. Se outrora o município se comportava como uma cidade dormitório com uma imagem de cidade pequena, com a construção da CSA e o aquecimento do Porto de Itaguaí, passa a atrair mão de obra oriunda de todo o país, levando a um grande crescimento demográfico. Os planos do poder público de tornar a cidade base do escoamento da produção, como um porto “hub” levaram a enormes investimentos em algumas áreas da cidade, majoritariamente no referente à infraestrutura cabível para a execução dos projetos de interesse nacional.

Os planos em andamento não incluem a população local e, portanto, tendem a agravar a diferenciação dos espaços sociais existentes na cidade. Como já apontado, parte-se da hipótese específica de que há uma relação desta forma de ocupação social do solo com os índices criminais. É proposta desta pesquisa analisar se há de fato ampliação nos índices criminais locais, se os dados apontam para uma alteração dos dados criminais, em que tipos de crimes observar-se-ia esta alteração, ou se esta sensação de insegurança local está apenas no plano imaginário e cognitivo local, procurando compreender os impactos desses fenômenos sobre a cidade, especificamente sobre a sua política de segurança pública municipal.

Para a realização desta pesquisa, um recorte temporal foi necessário, partindo do momento da revitalização do Porto, indo, por força da disponibilidade dos dados utilizados, até o ano de 2010, estando, portanto, seu meu recorte temporal fixado entre os anos entre 2002 e 2010. Metodologicamente, utilizamos tanto o método qualitativo, com a realização de entrevistas com moradores e policiais do município, quanto o método quantitativo, com a exploração dos dados oficiais do número de ocorrências criminais registrados durante o recorte temporal da pesquisa, além do levantamento bibliográfico.

Esta monografia encontra-se dividida em três sessões, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira sessão tem por finalidade traçar em linhas gerais a lógica organizatória do município de Itaguaí, procurando compreender a formação municipal a partir da constituição social do local, em um viés de análise partindo da construção histórica. É objetivo perceber de que forma é pensado o município historicamente, para que é organizado e segundo quais interesses. Neste sentido, busca-se traçar uma visão panorâmica que vai desde a ocupação do território pelos jesuítas no século XVII, passa pelos anos 1950 do século XX como um novo momento de pensar a função do município como lugar de reassentamento da população carioca, percorre o pensar Itaguaí sob a perspectiva integracionista da Fundrem na década de 1970 e chega ao atual plano de desenvolvimento local, seguindo a necessidade do Comperj. Nesta sessão há uma busca por demonstrar como a construção da cidade passa ao largo daquilo que foi planejado anteriormente pelos agentes da cidade, sendo o território formado por necessidades e ações que são majoritariamente exógenas ao município.

É função desta sessão ainda apresentar o processo de reurbanização contemporâneo, tão importante neste trabalho. Tratar-se-á nesta sessão do plano de revitalização do Porto de Itaguaí, da construção do Arco Rodoviário Metropolitano e da CSA, uma vez que entendemos que tais projetos são fundamentais para a reestruturação social do município de Itaguaí.

Na segunda sessão busca-se realizar a análise qualitativa acerca da percepção dos agentes locais, a partir das entrevistas realizadas, envolvendo agentes públicos e moradores. Há uma busca por compreender como a população entende o processo de reestruturação e de que modo a sociedade itaguaiense assimila o crescimento demográfico. Busca-se ainda entender de que forma o cotidiano local é alterado em função da reestruturação urbana, sempre ressaltando a questão do sentimento de segurança local.

Dando sequência, na terceira sessão, explora-se os dados relativos ao número de incidências criminais em Itaguaí em uma análise que vai do ano de 2002 até o ano de 2010. Os dados trabalhados, que são fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), são analisados em comunhão com os dados gerais de todo o estado fluminense.

Por fim, as considerações finais buscam traçar os principais resultados da análise empreendida, interpelando se realmente, como versa a hipótese central que orientou o trabalho, se há ampliação do número de incidências criminais no município. A quarta sessão é, portanto, destinado às conclusões de pesquisa.

Este trabalho é uma tentativa de ampliar, ainda que de forma modesta, o entendimento sobre os impactos sociais dos que processos de urbanização e reurbanização são capazes de fazer incidir sobre a população e a sociabilidade urbana, especialmente se este processo for constituído em uma lógica contrastante com o modo anterior de vida local. O estudo é contributivo na medida em que busca se inserir em um momento em que a reflexão sobre o novo ordenamento econômico do Estado do Rio de Janeiro tem produzido múltiplos impactos em cidades fluminenses, tais como Campos e Macaé. Escolhemos estudar a criminalidade por seus impactos imediatos na vida social, além de clarificar a força que estes projetos têm na vida do cidadão em sua faceta mais cruel: no que toca a integridade física e mental da população.

Sessão I - A História de Itaguaí e Sua Reestruturação Urbana Contemporânea

O município de Itaguaí está localizado no Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 70 quilômetros do centro da cidade carioca. Itaguaí é um município que conta atualmente com uma população fixa de aproximadamente 110 mil habitantes, integrando desde o ano de 2009 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Google.maps

Tal integração a Região Metropolitana deve-se a importância que o Porto de Itaguaí vem assumindo desde 2002 dentro da dinâmica do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. É na esteira do porto que Itaguaí vem sendo integrada ao desenvolvimento do Comperj. Esta integração altera a forma de ocupação tradicional na cidade, desordenando a lógica municipal e afetando subjetivamente a organização social. Para compreender as recentes alterações na estrutura social do município faz-se preciso reconstruir, de forma superficial, a lógica de ocupação territorial e social do município.

I.1 – Histórico Organizatório de Itaguaí

A história oficial do município de Itaguaí se inicia no meado do século XVII, pela ação dos padres Jesuítas nas terras que hoje compõem o território municipal. São os padres de tal confraria que iniciam a colonização do território, principiando não apenas a catequização dos nativos, mas também introduzindo o plantio extensivo da mandioca e da cana de açúcar. Fania Fridman (1999) atenta para o fato

da Contra-Reforma ter propiciado uma redefinição do papel da Igreja Católica, o que se desenrolaria dentro do plano local em um controle do cotidiano cidadão exercido pela Igreja, dada a influência cultural que sabidamente a religião exerce na vida comunitária e privada da população. Há um domínio exercido por partes das diversas confrarias que estão presentes no Brasil neste momento, entre elas a jesuítica, em atividades econômicas estratégicas para a vida no Rio de Janeiro. As confrarias dominaram no Rio de Janeiro no século XVI a construção e a locação de imóveis urbanos. Fridman aponta para o fato do domínio exercido por estes setores da Igreja também se pautarem no controle territorial de uma parcela considerável do Rio de Janeiro. Nessas grandes porções de terras, dominados por esses segmentos da Igreja, em que eram exercidas basicamente atividades agropecuárias, além da catequese dos índios.

Entre estas áreas de domínio não reguladas diretamente pelo Estado português está a Fazenda Santa Cruz, um território que englobava o que hoje é Itaguaí. Inicialmente, Desenvolveram os jesuítas neste espaço a cultura de mandioca e do açúcar, além da pecuária. Há relatos, ainda que imprecisos documentalmente, que conferem a confraria à construção de um porto, o porto “Do Casado” que, ironicamente, tinha por função escoar a produção da fazenda para fora do Brasil, em uma rota alternativa ao porto da cidade do Rio de Janeiro; o objetivo de tal porto era o de manter a produção local longe das tarifas alfandegárias e da tutela exercida pelo governo português. Os Jesuítas exerceriam este controle até as Leis Pombalinas (1759), lei esta que emerge como uma tentativa de centralizar o poder nas mãos da Coroa. Em decorrência de tal lei os jesuítas, vistos como uma ameaça à unidade da Coroa, são expulso do Brasil, perdendo esta confraria, por conseguinte, o controle territorial da localidade.

O povoado, longe da tutela jesuítica, entra em decadência, e é então que se observa o que é provavelmente a primeira retomada de crescimento deste território em função de sua localização. Dado o “Ciclo do Ouro”, a cidade seria instituída como uma rota usual de viajantes partícipes da exploração aurífera, tornando-se então parte constitutiva do “Caminho do Ouro”. Com o declínio da exploração do ouro, a cidade retoma seu anterior estado de decadência.

Após o declínio do Ciclo do Ouro, teremos um reavivamento das atividades no território já no “Ciclo do Café”, período no qual há uma produtividade basicamente agrária e diversificada considerável na região, produzindo o município café, açúcar, aguardente e cereais. Como é sabido, Campos despontaria neste período como detentor dos grandes engenhos cariocas, levando à um monopólio local da produção açucareira, e o Oeste Paulista esmagaria a produção cafeicultora fluminense. Somase a este quadro de deterioração local, o fim da escravidão, que inviabilizou uso da mão de obra escrava (que era a base produtiva), além de um grande surto de malária. A soma destes fatores teria levado ao abandono e a decadência da localidade mais uma vez. A cidade é então ocupada até mais ou menos 1920 por pequenos produtores, que muitas vezes praticam à agricultura de subsistência, associada a uma elite agrária frágil.

É interessante perceber como a intervenção do Estado estará a partir do início do século XX fomentando de forma direta o desenvolvimento local. Percebe-se presente no corpo do Estado Nacional um pensamento sobre o território que hoje é o município de Itaguaí que parte mais das necessidades da capital carioca do que da percepção das carências locais. Tradicionalmente, as políticas instituídas pelo Estado dentro do referido município têm por diretriz a percepção de que o desenvolvimento local é necessário para atender principalmente as necessidades da cidade do Rio de Janeiro, o que mais tarde se descortinará em uma ação do governo, tanto estadual quanto municipal, que ignoram a lógica local em nome do desenvolvimento regional.

Oliveira (2008) apresenta a perspectiva da cidade do Rio de Janeiro como exercendo uma centralidade histórica na dinâmica estadual. Inicialmente, esta centralidade surge decorrente do fato da cidade se construir como capital do Brasil, instaurando uma lógica organizativa no estado em torno de suas necessidades. O papel protagonista da cidade do Rio de Janeiro, que obscurece outras cidades da metrópole, tem ainda outra face: o processo de industrialização do estado se dará ao longo do século XX associado ao sistema viário construído, que tem como ponto de partida o centro do Rio de Janeiro. Oliveira argumenta que o traçado da BR-116, da BR -101, da Avenida Presidente Dutra e até mesmo da ligação Rodovia Rio-Santos com a Avenida Brasil corroboram esta centralidade.



Mais: é preciso lembrar do que o que hoje conhecemos como Estado do Rio de Janeiro é fruto de uma fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, que só se daria em 1974. Então, quando pensamos em desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro há de se ter em mente o processo histórico desta agora unidade; nesta perspectiva, há uma grande concentração de recursos para manter a capital do país e é em função disto que todo o Estado da Guanabara iria se organizar, enquanto a parte sul do estado receberia historicamente menos recursos do governo central.

Incide sobre Itaguaí historicamente a função de dar suporte, quando necessário, à cidade do Rio de Janeiro, sofrendo o município em diversos momentos de sua história com a implementação de políticas pautadas na retórica desenvolvimentista, que na verdade não visavam a promoção no bem estar local. Evidentemente que o planejado para a cidade de Itaguaí como desenvolvimento sofre alterações ao longo da história, tendo grande influência a dinâmica desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Essas alterações tenderam sempre ocorrer majoritariamente através de políticas implementadas de modo vertical. Itaguaí passa então a estar inserido dentro de uma lógica de desenvolvimento que está além de suas fronteiras, sendo impactado por políticas exógenas a constituição local, que se baseiam principalmente no desenvolvimento do potencial citadino dado a sua privilegiada localização geográfica.

O primeiro ato estatal que de alguma forma alterara a lógica local até então presente é a construção, na década de 1930, da Estrada Rio – São Paulo, que neste momento é idealizada como forma desempenhar uma dupla função na lógica do

Estado. A primeira destas funções estava justamente em ligar os importantes centros econômicos que eram e são Rio de Janeiro e São Paulo, dinamizando sua interação. Tal estrada integrava o território ainda de outra forma: possibilitava uma ligação entre as áreas remotas e escassamente ocupadas que estavam no entorno do centro do Rio de Janeiro.

Em Itaguaí, a rodovia Rio-São Paulo se traduziu como uma tentativa implementada pelo governo federal de criar nesta Baixada Fluminense um “Cinturão Verde”, tão necessário para o abastecimento da capital do Brasil neste momento. É então que os grandes latifúndios dariam lugar aos minifúndios, dotadas de uma agricultura em pequena escala, mas que permaneceu diversificada.

É caro ainda lembrar que nos anos 1930 e 1940 há uma tentativa do município do Rio de Janeiro de descentralizar a população da capital, deslocando seus habitantes para a Zona Oeste carioca. Esse deslocamento extrapola os limites fronteiriços municipais e a ocupação de áreas com baixa densidade de ocupação acaba incidindo também sobre a Baixada Fluminense, e, por conseguinte, Itaguaí. A função de Itaguaí na lógica do estado do Rio de Janeiro passa neste momento de local de produção agrícola para lugar de habitação da população de baixa renda. Será observada no município uma elevação do preço formal da terra e também o surgimento de inúmeros loteamentos informais, que foram construídos sem que houvesse verdadeiramente infraestrutura local.

O uso de Itaguaí como forma de abrigar a população com baixo poder aquisitivo se consolidará na década de 50 com a construção da Avenida Brasil, ligada a BR- 101, também inaugurada na mesma década. Tal estrada corta o município de Itaguaí, ligando-o até o centro do Rio de Janeiro. Embora haja realmente um salto na ocupação do município, ela se dará majoritariamente de forma descoordenada e sem que haja a implementação da infraestrutura local.

Essa função do município de Itaguaí dentro do estado do Rio de Janeiro será mais uma vez modificada nos anos 70, em projeto novamente exógeno à organização local. O protagonista neste momento da construção de um projeto-cidade será a FUDREM (Fundação para Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). A FUNDREM deveria delinear e garantir a execução de um plano que integrasse o estado do Rio de Janeiro em torno de um projeto eficaz de

desenvolvimento econômico. Baseada em princípios supostamente técnicos, a FUNDREM pensava cada cidade como tendo uma função na malha geral fluminense, sendo possível criar um plano que dinamizasse a metrópole e possibilitasse a resolução conjunta de problemas comuns aos municípios do Rio de Janeiro. No entanto, sua lógica de ação estava calcada em um planejamento formulado pelo Governo Militar, não democrático e centralizador. A ação da FUNDREM baseava-se em elaborar Planos Diretores que O Estado deveria realizar, o que resultava na construção de um projeto não pensado comunitariamente e que seria implementado de modo vertical nos municípios.

Em Itaguaí, a FUNDREM seria responsável pela confecção do primeiro Plano Diretor (PD), no ano de 1978. O idealizado para Itaguaí como desenvolvimento não seria mais o papel de abrigar a população de baixa renda: passava-se a pensar o município como tendo “vocação” para o desenvolvimento industrial. Quando utilizamos o termo “vocação”, partimos da percepção de que há um uso político de tal termo, empregado como uma tentativa de gerar no município uma ideia de que este teria uma finalidade, uma missão, uma identidade a ser cumprida. Esta tentativa de moldar esta nova identidade industrial no município de Itaguaí fica evidente na análise do Plano Diretor de 1978, em que o desenvolvimento industrial e urbano na cidade é apresentado no documento como o tema prioritário do município. Neste momento histórico, a vocação da cidade é definida pelo Estado e imposta   população, sendo o governo centralizador o responsável - o único responsável - pelo desenvolvimento local. Essa suposta vocação industrial da cidade estará presente retoricamente também em 2002, quando a cidade refar  seu Plano Diretor.

O PD 1978 idealiza a nova função cidadina, possivelmente orientado pela privilegiada posição geográfica municipal. Próxima a capital carioca e contando com a BR 101 para agilizar ainda mais esta proximidade, Itaguaí está estrategicamente localizado junto à saída por mar, com uma baia que poderia, após obras, sustentar grandes embarcações. Este é o primeiro momento em que há um plano estratégico para construir o Porto de Sepetiba, hoje Porto de Itaguaí, reduzindo drasticamente as operações no Porto do Rio de Janeiro. Oliveira (2007) apresenta a perspectiva de que tal projeto de transformar o Porto de Itaguaí no principal porto fluminense   uma tentativa protagonizada pelo Governo Militar de enfraquecer as elites cariocas, que,

entretanto, iria fracassar justamente pela forte oposição que tais elites manifestaram diante do projeto de desativação do porto carioca.

Além da possibilidade de escoamento rápido pela proximidade do Porto, o projeto de Itaguaí como uma área industrial possuía, pela lógica racional, ainda mais uma vantagem: a baixa densidade populacional. Esta característica favoreceria o estabelecimento de um complexo industrial no município uma vez que havia terras a preços baixos em demasia para uma expansão industrial.

O planejamento imposto pelo PD 1978 contemplava o estabelecimento de indústrias tanto dentro do município como em seu entorno. Destacam-se neste período a criação da NUCLEP, dentro do município, e da Casa da Moeda, na fronteira entre Itaguaí e Rio de Janeiro. O plano de desenvolvimento industrial, porém, não será implementado em sua completude. Tal como o porto local não seria, até o presente momento, o principal porto fluminense, também o Polo Petroquímico dentro do município jamais sairia do papel, como era previsto, dado a acirrada disputa entre elites regionais pelo projeto. O fato é que crise econômica que se abateria sobre a economia nacional, impactara também a atividade industrial no Brasil durante a década de 1980 e 1990, que afetou os investimentos governamentais em todo o Rio de Janeiro, levando o município à uma estagnação no tocante ao desenvolvimento industrial. A cidade orientaria seus investimentos após o princípio dos anos 1980 para tornar-se um destino turístico.

I.II – Reestruturação Urbana Contemporânea de Itaguaí

O grande processo de expansão e urbanização da cidade de Itaguaí é contemporâneo e obedece a princípios particulares. A economia do estado do Rio de Janeiro vem se reestruturando em função da indústria do petróleo havendo, diferentemente dos anos 1970 e 1980, uma coesão entre os grupos econômicos estaduais. É agora, mais de duas décadas após a unificação do Estado do Rio de Janeiro, que as elites locais finalmente parecem ter abandonado as rivalidades e se apoiarem sobre um mesmo plano de desenvolvimento. Neste sentido, cada localidade assume uma função complementar em torno de um projeto fluminense de exploração do petróleo.

A ampliação, pós anos 1990, da Bacia de Campos, leva o estado do Rio de Janeiro a uma retomada do crescimento industrial em torno do gás e do petróleo extraídos em Campos. É próprio da atividade extrativista do petróleo mobilizar uma rede de infraestrutura em torno de si. Neste sentido destaca-se a centralidade do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em Itaboraí, que passará a comportar em seu entorno uma série de indústrias, tanto indústrias destinadas a garantir a operacionalização do Comperj quanto indústrias que utilizam petróleo e gás como matéria prima. Há então uma inegável elevação da produção fluminense, gerando um aquecimento econômico em todo território. Soma-se a esta equação à necessidade da criação de uma porta de saída via mar para a produção metropolitana crescente.

É importante compreender que neste momento há uma coligação política entre o governo federal, o governo estadual e a maior parte dos governos municipais componentes da metrópole fluminense. Essa ligação articula interesses e define projetos comuns, levando uma política local municipal que impacta todo o sistema constituinte da Metrópole. Tendo isso em vista, compreende-se que a cidade do Rio de Janeiro começa a compreender que ter um porto receptor de cargas em seu território é um impedimento para seu projeto de cidade-global.

O Porto de Itaguaí é então mobilizado como peça essencial no que se refere a infraestrutura do estado, sendo a ampliação deste porto necessária para o escoamento desta produção estadual. A ampliação do porto para atender esta carência metropolitana é então somada a um plano do governo federal em transformar o Porto de Itaguaí em um polo concentrador de cargas, porta de saída de toda a produção do Mercosul. O porto é então ampliado e revitalizado para atender interesses tanto do setor público quanto do setor privado.

Com a finalidade de promover uma ligação direta entre a saída do mar em Itaguaí e o produzido pela refinaria em Itaboraí que deve ser exportado para o mundo, o governo federal propõe, em parceria com o governo estadual, a criação do Arco Metropolitano. Este Arco propõe a ligação entre Itaguaí e Itaboraí, cortando ainda os municípios de Guarapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi e Seropédica.



Nota-se através do mapa, que o Arco é projetado passando pela Refinaria de Petróleo, pelo Comperj e Polo de Gás Químico. Além de atender a necessidade criada pela extração do petróleo, esta via servirá como rota de escoamento produtivo para a exportação de inúmeras outras indústrias já instaladas ou que ainda se instalarão no decorrer da auto estrada. Destaca-se, mais uma vez, a dimensão metropolitana desse, uma vez que o Arco pretende promover um desafogamento do trânsito na cidade do Rio de Janeiro, já que a produção local, que tradicionalmente passa pela Avenida Brasil e pela Ponte Rio-Niterói, será remanejada para tal via.

Essa nova rodovia fluminense produzirá enormes impactos socioambientais. Há uma degradação do equilíbrio ecológico e uma devastação ambiental da enorme área cortada pelo Arco. É caro ainda compreender que há todo um jogo de interesse no delineamento final do traçado do AR (Arco Rodoviário) sendo alvo desta disputa até mesmo os locais em que o Arco terá ligação com as vias locais. Os pontos em que o AR possibilita ligação com sua margem, até então desabitada, tendem a sofrer uma enorme especulação imobiliária. Áreas cortadas por grandes rodovias são tradicionalmente ocupadas, seja pelo agente imobiliários, seja ocupada de forma desordenada pela população de baixa renda.

Em 2006 inicia-se em Itaguaí mais um novo mega projeto: a instalação um novo polo siderúrgico, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), na Zona Industrial – ZI de Santa Cruz. A ZI está localizada na divisa entre os municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí, o que pode fazer com que, ainda que os impactos da CSA

incorram sobre Itaguaí, a arrecadação tributária não traga benefício para este município, já que o empreendimento está além das fronteiras municipais. Com o início das obras para a construção da Thyssenkrupp CSA, o município de Itaguaí começará a sofrer os impactos de um projeto milionário que deve produzir 42 milhões de toneladas por ano. Ressalta-se que a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) é uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce e a empresa privada Thyssenkrupp, e conta para a sua construção com incentivos do governo federal e do governo estadual, em uma associação complexa entre poder público e iniciativa privada. Os investimentos, por volta de 5 bilhões de euros, resultariam em uma ampliação da capacidade produtiva de exportação no setor siderúrgico brasileiro na casa dos 50 por cento. Como se sabe, o setor siderúrgico é considerado estratégico para o crescimento de qualquer país capitalista e é em nome deste desenvolvimento trazido pela CSA que o governo federal implementaria uma obra para ampliação da BR-101, obra iniciada em 2009 e já concluída.

Além dos enormes impactos ambientais, os grandes empreendimentos que vem sendo desenvolvidos no município tem atraído a especulação imobiliária de forma brutal. Primeiramente, o fluxo de migração para a cidade ocasionada pelo número de trabalhadores envolvidos diretamente na construção de tais obras elevou a população local em mais de 30% em dois anos. A valorização da terra ocasionada pelos projetos recém-implementados ou em fase de implementação levam a uma especulação imobiliária na cidade. O preço da terra sobe dada a sua localização, agora privilegiada, e o número de operários mobilizados para a fase de construção eleva em cerca de 200 %o preço do aluguel em Itaguaí.

Os planos do poder público de tornar a cidade base de escoação da produção levaram à enormes investimentos em algumas áreas da cidade, especialmente no referente a infraestrutura. Estes novos projetos tem atingindo a população de modo *sine qua non*, já que, por diversos fatores, o modo de vida citadino tem sido alterado. A cidade, que tinha o orgulho dos seus cidadãos pelos seus ares de cidade pequena, se vê repleta de sujeitos estranho a si. Oliveira ressalta que

“Sua atuação (Estado) se dirigia mais objetivamente para os interesses de reprodução das condições da produção, e, nesta perspectiva, mesmo os investimentos vistos como sociais passavam a ser realizados

numa perspectiva mais instrumental ao capital. Tudo isso, em alguma medida, repercutiu na produção do espaço.”

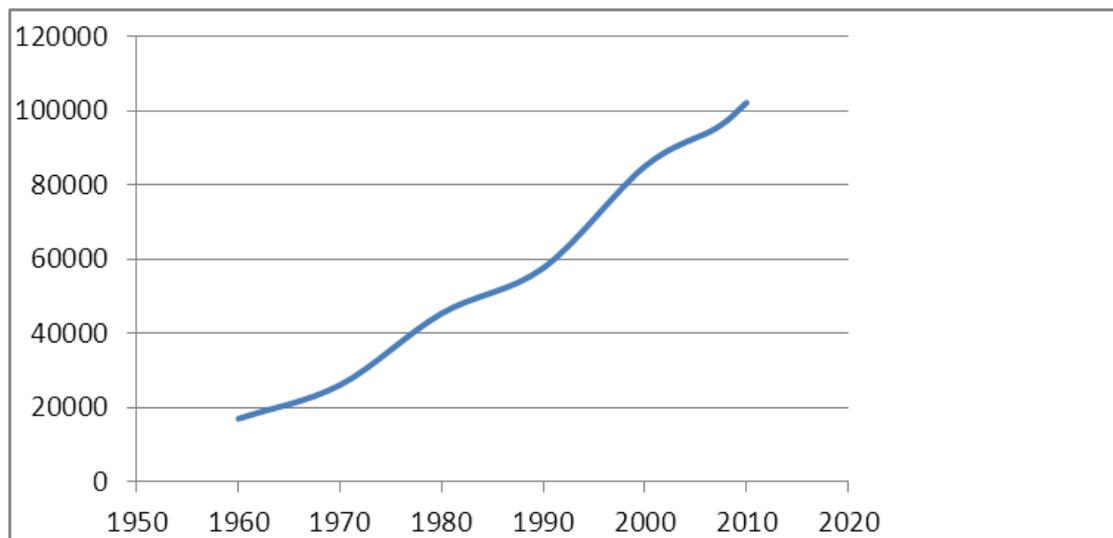
A lógica estabelecida por tais grandes projetos em Itaguaí é mais uma vez alheia a participação social. A ideia de implementação dos projetos passa ao largo da democracia local, com tais planos sendo definidos em uma parceria entre o Estado e grandes empresários. Esta forma de gestão do território exclui a participação democrática no processo decisório, mas finda deixando a população com o ônus de tais empreendimentos. O enorme contingente populacional atraído para a cidade pelas propostas de empregos temporários ou apenas pela perspectiva destes sem que houvesse um maior planejamento neste campo levaram a cidade ao desordenamento lógico. É o que aponta Vainer (2001):

Além da filosofia que norteou os projetos implementados na Bacia de Sepetiba, cabe questionar seus impactos socioambientais, cuja gravidade revela ainda mais a desterritorialização desses empreendimentos em relação área distribuída para atores extraterritoriais enquanto sobram impactos essencialmente negativos para as populações locais.

Observa-se o surgimento de engarrafamentos, a disputa por vagas em escolas públicas, o desaparecimento dos peixes que eram base de vida para uma parte da população, além do encarecimento da terra. O município incha de tal forma que o oferecimento de serviços como internet, telefone e água se tornam ainda mais deficitários. O transporte público se prova incapaz de dar vazão ao novo contingente populacional. Para além da infraestrutura, é de se questionar que impactos objetivos e subjetivos um processo tão vasto de reestruturação do ordenamento lógico seria capaz de produzir na cidade como um todo no município

Sessão II – O Discurso da Insegurança

O processo de reestruturação urbana no qual a cidade de Itaguaí está inserida produziu uma ruptura com a auto imagem que a cidade produzira de si. O primeiro ponto da reestruturação do cotidiano municipal está na ampliação do número de habitantes. Segundo dados do IBGE, Itaguaí contava no ano 2000 com uma população de aproximadamente 82 mil pessoas. Em 2007, a população passa dos 95 mil e em 2010 chega à 109 mil pessoas. Abaixo, apresentaremos o gráfico de evolução do número de moradores no município de Itaguaí, lembrando que até o início da década de 1990, o hoje emancipado município de Seropédica era parte da cidade e, portanto, desloca para cima o número real de moradores do território que hoje compõe Itaguaí:



Com a reestruturação urbana e o conseqüente crescimento demográfico passa a se deflagrar na cidade o discurso da insegurança, como se repentinamente a cidade de Itaguaí, tida como reduto de segurança, passasse a habitar a esfera do perigo. Os relatos de eventos criminais ocorridos no município, traduzidos oralmente pela população residente dentro de seus grupos sociais, passam a habitar o imaginário popular, propagando o ideário de cidade violenta. Baiarl (2004) capta e medo propagado na cidade como um “medo de caráter cíclico”, que se por uma lado é motivado por eventos, muitas vezes propagado seja pela mídia, seja pela fala cotidiana do crime. O medo, ainda que permaneça não localizável, gera a expectativa, é tratado como uma possibilidade real de ocorrência. Baiarl (2004)

argumenta que: “É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos. No entanto, esse risco pode ser real, imaginário ou potencial. O risco pode ser real, imaginário ou potencial. Se o medo é real, o risco que se corre pode ser potencial ou imaginário, não necessariamente real” (p. 337)

Este medo alterará a coletividade social local, criando uma nova sociabilidade. Caldeira (2000) entende que o medo e a criminalidade tem por características promoverem uma alteração do arquétipo social citadino, resultando em uma segregação no espaço. A lógica aparente é que os moradores, movidos pelo medo e a insegurança de habitarem e existirem em seus redutos tradicionais, passam a se apartar da vida citadina, seja mudando seus hábitos de vivência nas cidades, seja construindo em torno de si e de suas residências muros e novas estratégias de proteção. Diz a autora que “As rotinas diárias daqueles que habitam espaços segregados são bem diferentes das rotinas anteriores em ambientes mais abertos e heterogêneos”(2000, 301). Com efeito, tem-se a criação cognitiva de “zonas de perigo” e uma tendência de tornar o encontro com estranho, base da convivência citadina, um evento de tensão e propagação da insegurança. Esse discurso de modificações nos hábitos locais como resposta a um aumento da violência é constatada na fala dos moradores de Itaguaí: “Eu ia e voltava pra casa a pé, não importava a hora. Fazia isso desde menino, mas agora faço mais não. Itaguaí não é mais a mesma e não vou ficar dando mole, né?”

Caldeira entende que o medo tende a se espalhar pela cidade uma vez que a ampliação do número de incidências criminais não é acompanhada de uma ação do Estado visando garantir segurança a população. De fato, há uma ausência, no plano de políticas públicas, de ações do Estado dentro de Itaguaí com a finalidade de minimizar os efeitos que a reestrutura urbana gerou na cidade. As parcas políticas sociais não foram ampliadas e, em relação as políticas de segurança, sequer foram idealizadas. Carvalho (2002) relata que a expressão “cidade escassa” pode iluminar o sentimento, por parte da população carioca, que a cidade se tornou “pequena” por conta da incapacidade em universalizar os direitos de cidadania. A autora traduz este sentimento como reflexo de uma cidade que é sim pequena, mas do ponto de vista político; o Estado não consegue promover a cidadania e garantir direito para todos, gerando um sem número de cidadãos excluídos. Tal escassez gera um sentimento de ressentimento e desconfiança social.

É esse sentimento de ruptura com a sociabilidade até então reinante cria a necessidade de um novo reordenamento social dos laços comunitários. Na fala de Souza (2005 -27): “A sociedade recria formas de sociabilidades (...) fundando novos processos de reconhecimento e identidade, novas maneiras de semelhanças e dessemelhanças, (...). Os indivíduos buscam, assim, de outras maneiras, suprir as necessidades causadas por esse novo contexto (...).”

Embora Itaguaí tradicionalmente tenha recebido em seu território habitantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro, há uma aparente sensação de anormalidade por parte dos moradores da cidade para com os novos cidadãos. Os moradores utilizam frequentemente a palavra “invasão” para se referirem as mudanças municipais ocorridas nos últimos anos. Palavras como “formigueiro” são empregadas com alguma constância, demarcando um discurso que acusa que há o elemento do “outro”, do “desconhecido” que não tem identidade local e que, no entanto passa a ocupar os lugares tradicionais da cidade. É relevante para compreender o processo de formação subjetiva dos moradores de Itaguaí no concernente a reestruturação urbana em curso, o dado fornecido pelo IBGE que informa que dos 109 mil habitantes de Itaguaí em 2010, cerca de 40 mil não eram naturais do município.

Majoritariamente estes novos cidadãos migraram para a cidade na esteira da busca por rentabilidade financeira que o projeto de cidade desenvolvido em Itaguaí se alçava como promessa. Embora o capital migre em busca de um aquecimento do setor de serviços de Itaguaí, a cidade fixa a imagem do desconhecido como homem que trabalha na construção civil; o famoso “peão” passa a permear o imaginário de perigo local como uma perfeita produção do estereótipo popular de quem é esse novo morador local. Tal percepção é passível de captação na fala dos moradores, algumas vezes de forma direta e outras de uma forma menos evidente. Exemplo são os discursos empregados por dois moradores da cidade. A primeira, natural do município, reclama do inchaço da cidade, referindo-se “a *peãozada*” que não a deixa mais entrar no mercado, que agora, segundo a moradora, está sempre lotado. O segundo morador relata preocupação com as filhas, que segundo ele, estariam “no meio de tanto homem que ninguém sabe de onde veio”.

É verídico que há uma enorme migração que se dá motivado pela possibilidade de alocação na construção da CSA, na duplicação da Estrada Rio-

Santos e ainda na ampliação do Porto de Sepetiba. Majoritariamente, esses trabalhadores chegam já ligados à empresas terceirizadas que os captam em seus estados de origem; é comum estes contratados relatarem já terem passado por mais de um estado realizando o mesmo tipo de labor. Também é igualmente percebido um grande fluxo de trabalhadores que vem em busca de tais postos, sem, contudo possuírem vínculos empregatícios.

O significativo é que a polícia local identifica estes grupos como possíveis futuros criminosos. Um dos Policiais Militares (PM), alocado no município e também morador de Itaguaí, relata que há um reforço na segurança no local de moradia destes trabalhadores destituídos de contrato empregatício. O reforço, segundo o PM, seria para ampliar a vigilância sobre tais moradores. A pergunta retórica proferida pelo policial explicita seus temores: “o que um cara que vem de outro estado e não encontra trabalho vai fazer aqui, a não ser roubar? Não entendo como a prefeitura não manda esses sujeitos embora.”.

Tal preocupação com os novos moradores pode ser percebida em outros momentos na atuação policial. Segundo relatam os próprios agentes de segurança do Estado, há uma ampliação do efetivo policial em torno de 40% entre 2005 e 2011, que, no entanto, é tido como insuficiente pela própria polícia para garantir a segurança local em face de nova realidade. O relato da insegurança aparece representado na presença, totalmente inédita, de Polícia Montada, em uma tradicional festa da cidade, em 2010. Percebe-se que há um discurso em torno da propagação da violência que justificaria uma nova estratégia de ação policial.

O medo e a insegurança são então preponderantes na sociedade de Itaguaí. Mas do que isso: a sociedade itaguaiense estabelece uma clivagem social que tende a marginalizar os novos moradores. Becker(2008) trata da criação do elemento “outsiders” dentro da sociedade, em que o elemento que vem de fora é entendido como parte desviante da sociedade. Entendemos que, no caso de Itaguaí, grupos tradicionais da cidade estariam disseminando a perspectiva que os novos moradores não estariam dentro das regras sociais de Itaguaí, associando esta ausência de enquadramento como sinônimo de prática de atos criminosos ligados a violência.

Na mesma linha, ainda dentro da Sociologia do Desvio, Goffman(1977) trata do estigma a quais alguns sujeitos são postos à margem da estrutura social

preponderante, como se estes indivíduos negassem o respeito a ordem local. O estigmatizado tende a inculcar em seus atos o lugar social a qual ele é relegado. Tal característica fica evidente em Itaguaí, quando até a mesma na fala dos novos moradores torna-se possível perceber a retórica da desordem local, culpando o inchaço da cidade pelo problemas estruturais que a reestruturação impõe. Assumem assim o papel de culpa que parte da sociedade os impõe.

Sessão III- A Efetiva Incidência Criminal

Para melhor compreender os impactos sociais que o processo de reestruturação urbana fez incidir sobre a população itaguaiense escolhemos, como já dito, focar a questão da violência. Tal opção se dá partindo da percepção de que o primeiro direito natural a ser garantido pelo Estado é o direito à vida. Neste pressuposto, os crimes contra a pessoa afetam o direito a integridade física e é de relevância entender como uma ação do Estado pode afetar a dinâmica local e ampliar, impulsionado talvez pelo crescimento econômico, a taxa de crimes contra a pessoa. Outro aspecto importante no quadro reconfigurado de Itaguaí está no impacto que os crimes contra o patrimônio são passíveis de produzirem na sensação de segurança social, gerando o medo e a insegurança no município.

Como fonte para o estudo da violência dentro de Itaguaí trabalharemos com a análise dos dados fornecidos pela ISP do Estado do Rio de Janeiro (Instituto de Segurança Pública). Os dados divulgados pela ISP concernem aos Boletins de Ocorrência (BO) registrados pela 50^a Delegacia Policial (DP), localizada em Itaguaí e que é responsável por fazer os registros criminais oficiais locais. Os números de ocorrências criminais que aqui serão apresentados versam especificamente sobre o período compreendido entre os anos de 2002 e 2010, inclusive. Trazemos nesta perspectiva 2002 como um marco para as modificações intra urbanas, uma vez que neste ano se daria a construção do novo Plano Diretor local, que, como já visto, A implementação se daria em um momento futuro, mas em 2002 o PD tratava-se ainda de um projeto, sem solidez dentro da sociedade itaguaiense.

Dado a natureza distinta entre os crimes cometidos contra a pessoa e o crimes cometidos contra o patrimônio, entendemos que a análise em separado é oportuna e metodologicamente importante. Por tal percepção, traremos esta sessão subdivida em duas partes, sendo a primeira parte relativa a crimes contra a pessoa e a segunda partes concernente á crimes contra o patrimônio

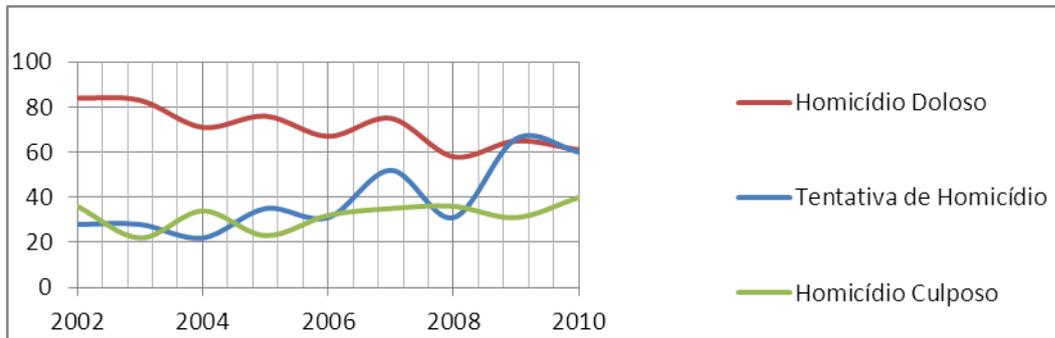
- Crimes Contra a Pessoa

A categoria analítica “Crime Contra a Pessoa” compreende as seguintes tipificações: Homicídio Doloso, Tentativa de Homicídio, Homicídio culposo, Atropelamento e Colisão (crimes de Trânsito), Lesão Corporal Dolosa, Lesão Provocada por PAF (Provocado por Arma de Fogo), Ameaça, Pessoas Desaparecidas e Estupro e Atentado Violento ao Pudor (até 2006 classificados estes dois últimos na categoria Crime Contra os Bons Costumes). Os dados registrados pela ISP relativos ao município de Itaguaí no período em que analisamos foram copiados na tabela abaixo:

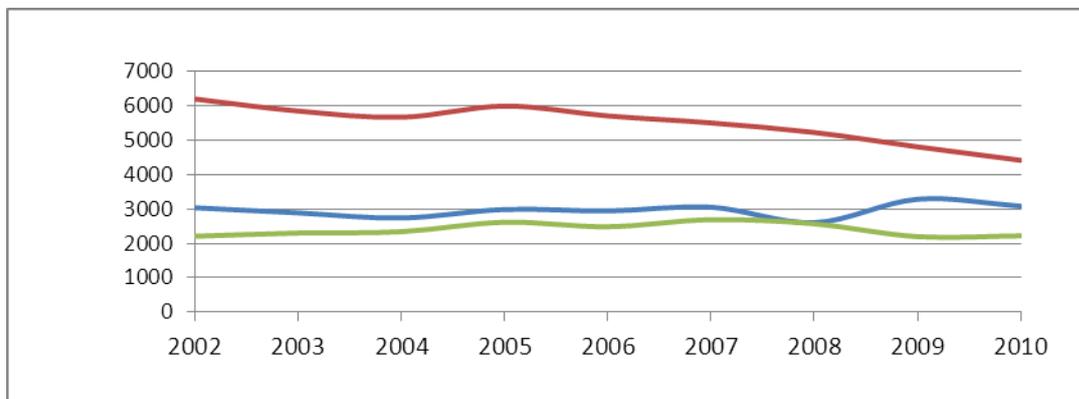
Principais Ocorrências	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CRIMES CONTRA A PESSOA									
Homicídio doloso (total)	84	83	71	76	67	75	58	65	61
Tentativa de homicídio	28	28	22	35	31	52	31	66	60
Homicídio culposo (total)	36	22	34	23	32	35	36	31	40
Homicídio culposo(outros)	3	3	3	4	2	5	3	2	1
De trânsito (total)	33	19	31	19	30	30	33	29	33
Atropelamento	22	10	20	12	14	11	18	7	16
Colisão	11	6	10	2	6	5	7	1	3
Outros	X	3	1	5	10	14	8	4	14
Lesão corporal dolosa (total)	445	450	419	445	376	410	397	636	644
Lesão corporal dolosa	430	436	412	438	367	404	390	544	541
Lesão provocada por paf	15	14	7	6	9	6	7	7	4
Lesão seguida de morte	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Lesão corporal culposa (total)	205	212	230	279	227	220	179	335	365
Lesão culposa (outras)	18	8	20	13	14	10	13	20	15
De trânsito (total)	187	204	215	414	213	215	166	207	217
Colisao	115	93	104	98	93	74	61	68	54
Atropelamento	72	91	89	61	66	64	54	55	46
Outros	X	20	22	60	54	77	51	84	117
Ameaça	406	537	418	402	322	342	372	645	630
Pessoas Desaparecidas	22	24	35	22	37	23	39	35	53
CRIMES CONTRA OS COSTUMES									
Estupro	14	5	0	19	11	7	21	27	47
Atentado violento ao pudor	7	8	10	17	8	7	22	28	x

A primeira constatação desta análise é que contrariamente ao que relata a população, os números referentes à taxa de homicídio no município não aumentaram com a ampliação do número de habitantes na cidade, ao contrário. No que se refere ao número de homicídios doloso, há uma acentuada queda entre os anos de 2002 e 2010. Embora o número de tentativas de homicídios tenha sofrido um significativo acréscimo, o número de homicídios culposos não sofreram grandes variações durante os nove anos analisados. Há, portanto, menos assassinatos em Itaguaí e os números referentes à vida apresentam até mesmo uma melhora.

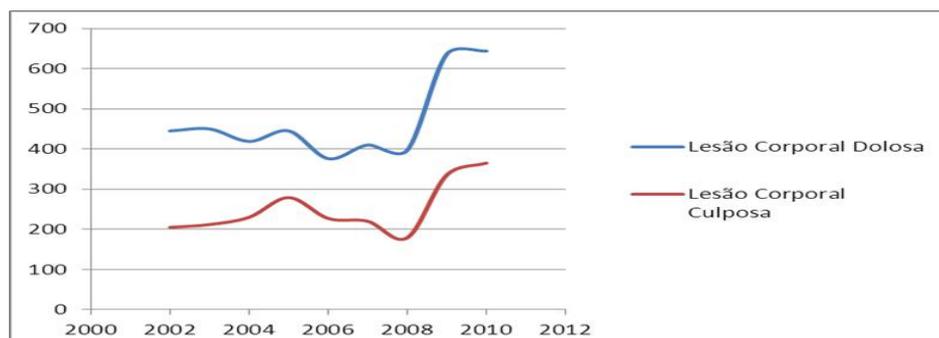
Itaguaí



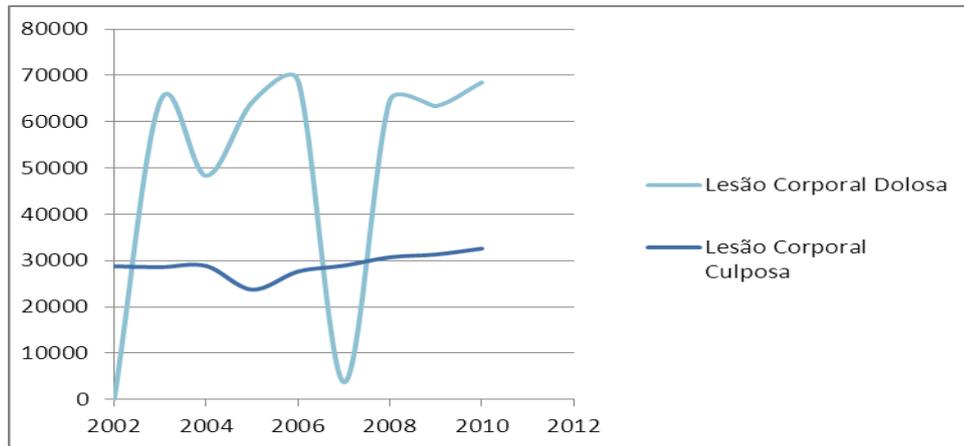
Estado do Rio de Janeiro



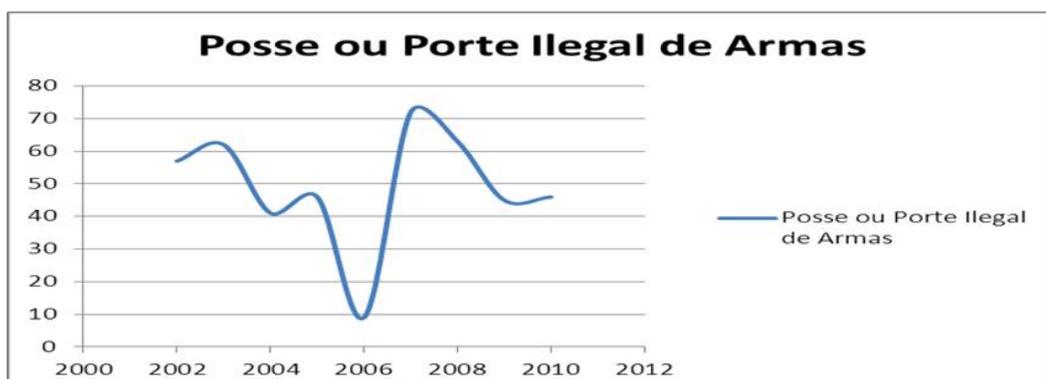
Como podemos constatar a queda das taxas criminais relativas a homicídios são uma tendência do quadro geral do Estado do Rio de Janeiro, e Itaguaí não destoa da dinâmica estadual entre os anos de 2002 e 2010. O número de lesões corporais, tanto no que toca as lesões culposas quanto no referente às lesões dolosas, entretanto, são largamente ampliados dentro do período analisado, dando um salto no ano de 2008:



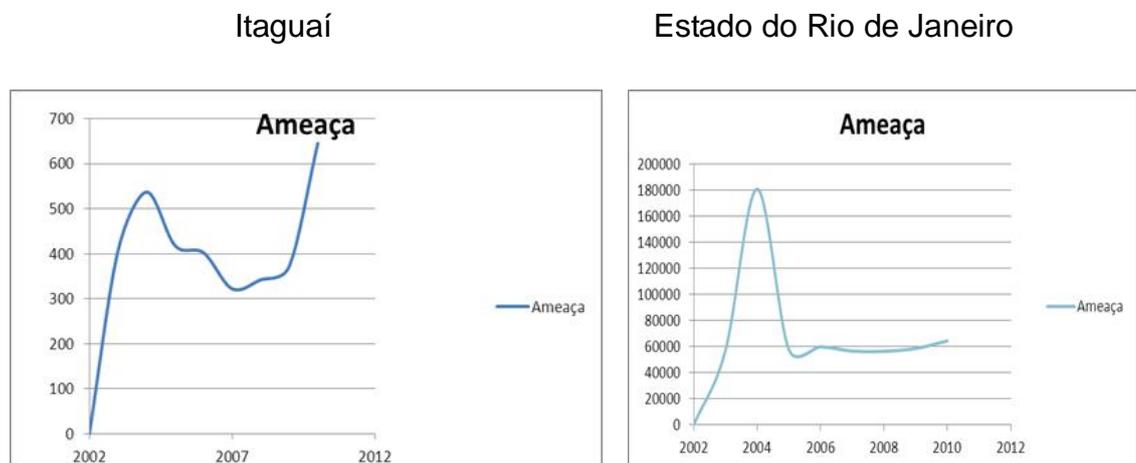
Estado do Rio de Janeiro



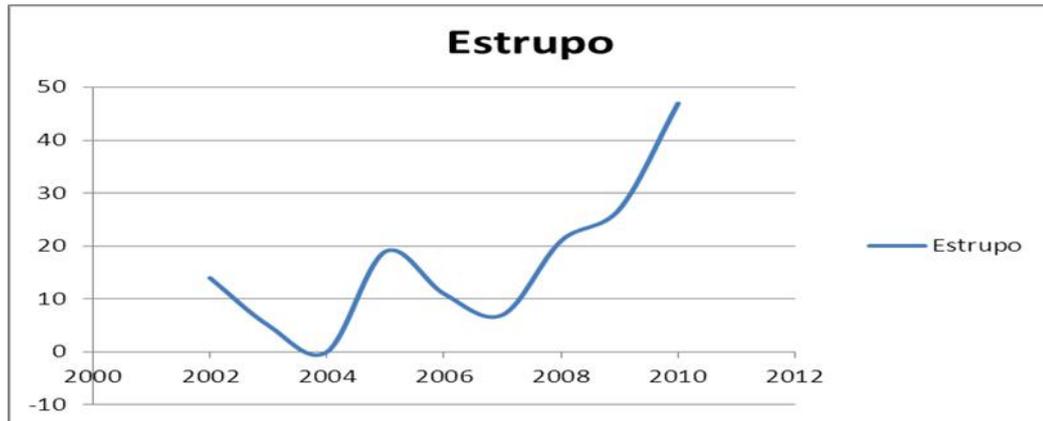
Diferentemente do constatado sobre os números de homicídios, o número de lesões corporais apresentado por Itaguaí destoa do apresentado pelo estado. Mas é importante cruzar este dado com o número de lesões provocada por Paf (colocar por extenso), que são 15 em 2002 e apenas 4 em 2010. As lesões provocadas por Paf são tradicionalmente associadas à violência de modo explícito, dada até a extensão do dano que as armas de fogo podem provocar. Além disso, a presença de armas de fogo por si só tendem a gerar uma sensação de insegurança da população. Registra-se uma queda relativa também no número de apreensões no número de armas de fogo em Itaguaí no período visto. O número inicial em 2002, 28 apreensões, destoa da série histórica do município, podendo significar uma imprecisão nos Registros Oficiais. Em 2003 serão 124 registros contra 93 em 2010, com o indicador apresentando uma queda basicamente constante; tal queda no número de armas circulante na cidade pode ser explicativa da queda do número do número de lesões provocadas por PAF.



Outra questão, que os dados oficiais não são capazes de captar está na gravidade das lesões ocorridas neste espaço de tempo. Lesão Corporal é uma categoria analítica ampla, que contempla dentro de si lesões que vão de simples tapas até esfaqueamentos. Entende-se que ainda que haja a ampliação significativa de tais números absolutos, a sensação de segurança é fortemente influenciada pelo tipo de lesão ocorrido, não apenas pelos números finais. Outro fator importante relativos à sensação de segurança são os números de ameaças registrados. Aqui temos novamente uma ampliação significativa em Itaguaí, que não acompanha mais uma vez a dinâmica do estado.



Sabe-se que o estupro é um crime que afeta profundamente a sensação de segurança local. O estigma que permeia tal crime, a insegurança social que é passível de produzir, se reflete muitas vezes nas mudanças de hábitos social uma vez que haja a ampliação do número de incidências locais. Para além dos números oficiais é preciso ressaltar que este dado criminal é frequentemente subtaxado, o que agrava ainda mais a taxa de aumento verificado no número de estupros registrados em Itaguaí no recorte fixado. Em 2002, eram 14, tendo em 2010 o número de registros fixados em 47. Se é de relevância perceber que o número de estupros registrados é ampliado em todo o Rio de Janeiro, deve-se ressaltar que as próprias características da cidade, inclusive pela forma de propagação social do crime no imaginário popular, produzem um impacto ainda maior uma cidade como Itaguaí, em que os crimes são repercutidos oralmente por todo o município.

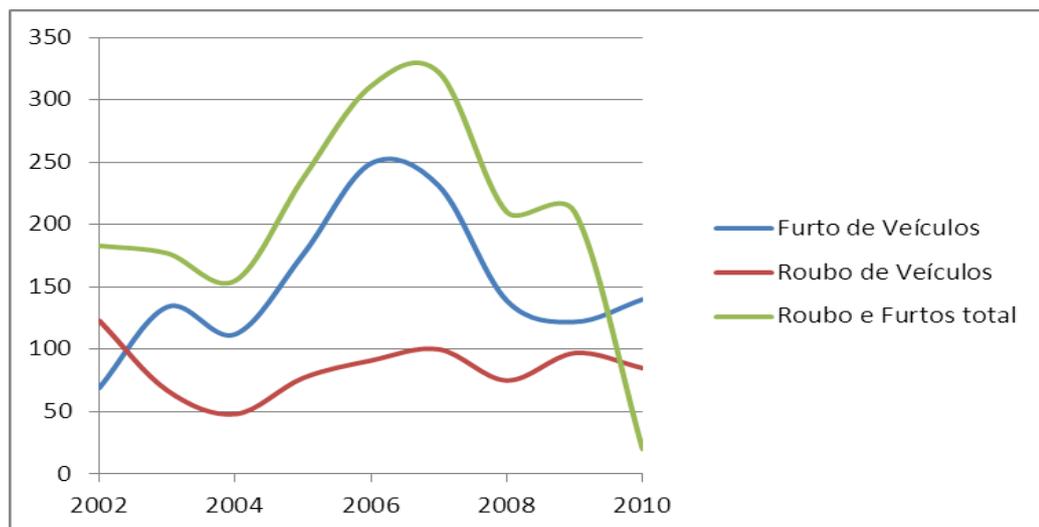


- **Dos Crimes Contra o Patrimônio**

Os crimes contra o patrimônio compreendem todas as tipificações de roubo e furto. Para efeito deste trabalho, traremos nesta seção dados relativos também à entorpecentes, contravenções penais e ainda dos registros administrativos.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Furto (total)	597	679	811	788	960	939	849	947	1069
Furto de veículo (total)	69	134	112	176	249	231	139	122	140
Furto de veículo - auto	60	110	97	160	220	222	135	113	115
Furto de veículo - moto	9	24	15	16	29	9	4	9	25
Furto (outros)	528	545	699	612	711	708	710	825	789
Roubo (total)	400	340	272	347	437	513	475	571	574
Roubo de veículo (total)	123	67	48	77	91	100	75	97	85
Roubo de veículo - auto	104	57	39	61	79	85	66	71	59
Roubo de veículo - moto	19	10	9	16	12	15	9	26	26
Roubo com condução da vítima para saque em	x	x	x	x	x	x	xx	1	1
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Roubo (outros)	120	101	71	97	93	117	72	x	x
Roubo (de carga)	13	5	6	1	3	5	5	2	14
Roubo (aparelho celular)	17	26	27	15	18	38	37	38	15
Roubo (estabelecimento comercial)	33	32	32	16	36	26	41	36	45
Roubo (a residência)	41	48	25	41	35	30	23	15	16
Roubo (transeunte)	47	48	58	89	141	189	181	253	305
Roubo (em coletivo)	4	11	3	10	19	7	39	39	16
Roubo seguido de morte (latrocínio)	2	4	2	1	1	1	2	1	5
Extorsão	1	1	5	20	4	4	7	7	11
Extorsão mediante seqüestro	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Extorsão com momento de privação	x	x	2	1	0	0	0	0	1
Estelionato	59	53	50	92	75	76	115	130	121
ENTORPECENTES									
Uso ou porte	40	23	18	8	23	18	9	12	16
Tráfico	29	23	39	36	41	97	74	83	31
Apreensão	34	18	23	8	11	14	5	107	52
LEIS ESPECIAIS									
Porte ou posse ilegal de armas	57	62	41	46	9	72	63	45	46
CONTRAVENÇÕES PENAIS									
Jogo do bicho	0	3	0	0	10	5	28	2	0
Apreensão de material contravencional	1	5	0	1	7	0	0	1	1
FATOS A APURAR									
Auto de resistência	3	4	1	1	0	10	2	2	12
Encontro de cadáver	4	7	4	3	4	9	8	4	4
OCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS									
Apreensão de armas de fogo	28	124	167	98	65	126	98	83	90
Recuperação veículos	88	90	96	129	198	148	84	89	104
Recuperação (carga)	0	0	1	0	0	0	1	1	0
Registros de Ocorrência (total)	2888	2961	3067	3243	3468	3621	3370	4043	4595

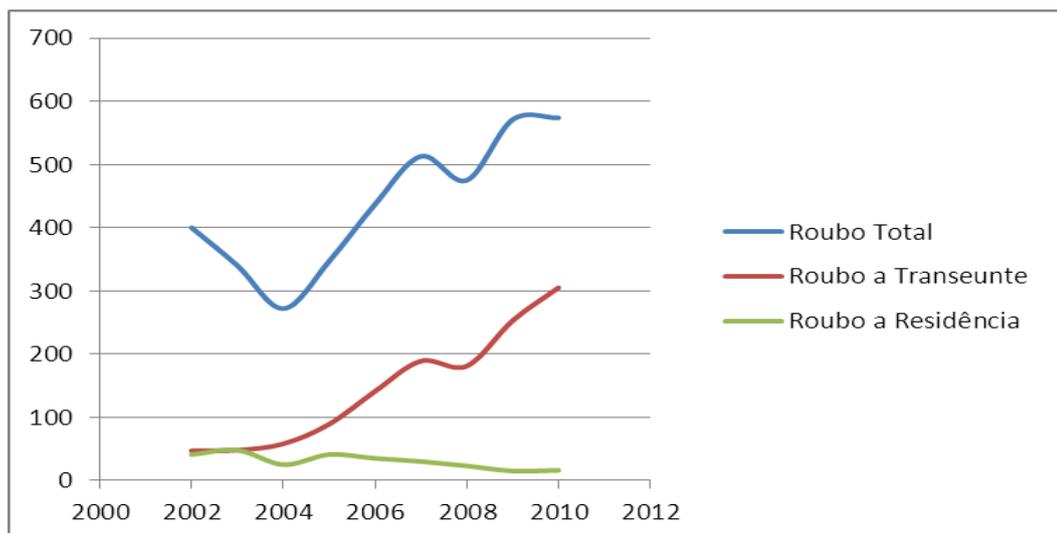
Destaca-se inicialmente nos crimes contra o patrimônio a explosão dos números relativos ao furto na cidade. Eram 597 em 2002, saltando para 1069 em 2010, o que representa um aumento em torno de 80%. No quadro dos furtos apresenta-se uma preponderância para os “Furtos Outros”, que são furtos sem enquadramento específico, carecendo de dados que possibilitem a análise. Destaca-se ainda o número de furto de veículos, que dobram entre 2002 e 2010. O interessante é que a análise do número de furtos de veículos somados ao número de roubos de veículos apresenta uma ampliação contínua até o ano de 2006, seguida de uma queda também contínua. Em 2002, entre furtos e roubo de automóveis tivemos o número de 183 ocorrências; em 2010 tratavam-se de 200. Tradicionalmente, o roubo é um crime com maior impacto social, já que há violência contra o sujeito, enquanto o furto não apresenta tal característica. Em Itaguaí é curioso perceber que a falta do rosto do ladrão é tida como ampliador do medo, tornando qualquer estranho um assaltante em potencial.



Em relação ao número de roubo computados em Itaguaí há uma ampliação em 43% dentro do período pesquisado. No mesmo período o Rio de Janeiro amplia sua taxa de roubo em não mais do que 11%. Desvelando mais profundamente este dado, observa-se que o número de roubos a residência sofre uma queda acentuada, indo de 41 em 2010 para 16 em 2012. O Roubo é algo que acontece fora de casa, fora da esfera doméstica do conhecido.

O dado mais significativo para a compreensão do sentimento de insegurança em Itaguaí é a ampliação do número de roubo a transeuntes. Em 2002 não passavam dos 47. Em 2010 chegam até 305. 2010 não é apenas um ponto fora do histórico municipal, já que observamos que é crescente o número de assalto à transeuntes no decorrer dos anos pesquisados. A ampliação do número de transeuntes é também ampliada no Estado do Rio de Janeiro como um todo, entretanto, enquanto no estado esta ampliação fixa-se na casa dos 226%, o que é por si só uma ampliação fora do aceitável dentro das políticas públicas, em Itaguaí temos uma ampliação em 548%. O município que tinha sua auto imagem como o “lugar da segurança” em contrapartida da cidade violenta do Rio de Janeiro, passa perceber suas próprias ruas como perigosas.

Por tais números observa-se que a violência está fora do doméstico



Conclui-se que há realmente um significativo aumento nas incidências criminais em Itaguaí. Ainda que o crime mais grave, a taxa de homicídio, tenha sofrido uma queda significativa dentro do período analisado, é de relevância atentar para o grande aumento de outras tipificações criminais. O número de assaltos a transeuntes corrobora o medo popular de transitar em locais públicos. Embora o medo da “saidinha de banco” não tenha se confirmado, é de se perceber que esta ampliação nos números justifica a temeridade popular.

A residência fixa-se como o lugar de conforto, o lugar em que o estranho não entra e os dados oficiais apontam para, de fato, uma relativa segurança social. Se o

número de roubos diminui ressalta-se que o furto é o crime em que não há rosto e sua propagação possibilita o livre fluir do imaginário popular na culpabilidade do sujeito que não é reconhecido como antigo morador municipal. Dada a natureza dos dados e sua falta de detalhamento, não há possibilidade desta pesquisa em prosseguir na direção de quem comete as incidências criminais, deixando em aberto questões como idade do criminoso, motivação, classe social ou origem. Ficam sem delineamento claro os locais de maior proliferação do crime, tornando os dados a cidade de Itaguaí como um utópico todo homogêneo.

Conclusões

O processo de reestruturação urbano apresenta em sua composição uma complexidade que lhe é inerente. O modo de vida local é em geral modificado em vista do novo contexto social, havendo uma constante reformulação das formas de sociabilidades locais. Além disso, inúmeros atores sociais são envolvidos nesta nova dinâmica local, o que gera uma necessidade de reformulação dos papéis políticos até então em vigência. Contemporaneamente, nota-se que dentro deste complexo processo que é a reestruturação urbana há uma ação mais ativa no desenho final de projeto implementado localmente do Estado em comunhão com os planos desenvolvimentista da iniciativa privada, representada pelas grandes empresas e cooperações. Em geral, os projetos implementados tem sua idealização concebida fora de suas divisas locais, atendendo á interesses e necessidades que estão a quilômetros de distancia do lugar em que efetivamente serão executados tais projetos. A parceria entre Estado e iniciativa privada é cada dia mais observável, sendo igualmente perceptível a pouca penetrabilidade da sociedade civil na confecção e implementação destes grandiosos projetos.

Faz-se a ressalva que a implementação vertical de políticas é prática historicamente observável no Brasil, remotando tal prática desde o Brasil colônia, perpassando os períodos ditatoriais ocorridos na história brasileira e transcorrendo ainda nos governos em que as oligarquias tinham a preponderância no poder. Como foi apresentado, no caso do Estado do Rio de Janeiro a verticalidade da ação no tocante ao planejamento sobre o desenvolvimento territorial se dava também em virtude das necessidades que a cidade do Rio de Janeiro apresentava por ser ela a capital do Brasil. É em busca de propiciar as bases para o desenvolvimento da capital carioca que muitas cidades do Rio de Janeiro foram desenvolvidas ou mesmo criadas.

Em Itaguaí, observamos como as demandas da capital influenciaram decisivamente na lógica ocupacional do espaço, tendo esta ação modeladora do território ocorrido desde os primórdios da ocupação social local. Acompanhamos em uma visão panorâmica os momentos em que esta lógica externa se põe em maior ou menor grau, sempre entendendo como a ação externa é capaz de desordenar a

sociedade itaguaense, além da observação de uma histórica passividade local em relação a implementação de tais políticas.

O foco de análise aqui presente está neste novo momento de planejamento exógeno, percebendo-se que após o ano de 2004 é possível verificar que em Itaguaí haja o desenvolvimento mais uma vez desta lógica externa à cidade. Os grandes projetos impactam Itaguaí de diversas formas, e aqui apresentamos algumas dessas formas. Temos, entretanto, a ciência que a totalidade da perturbação local está além do que foi exposto neste trabalho. O dia-a-dia foi modificado em Itaguaí, a percepção de desenvolvimento também, assim como a concepção do que é esperado do viver na cidade.

Tendo em vista as limitações desta pesquisa, escolhemos tratar sobre violência, seja em sua concretude, seja a violência presente no imaginário popular. A violência é, como sabemos, um fenômeno multifatorial, e, por tanto, não podemos entender que o quadro criminal e subjetivo de Itaguaí se dê unicamente em função da reestruturação urbana. O crack chega ao Rio de Janeiro em 2010, a implementação de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) é passível de levar agentes que hajam à margem da lei para a cidade, além de inúmeros outras motivações que poderiam alterar os números criminais locais. Entretanto, é inegável que em comparação aos números estaduais, que estão também em exposição similar aos mesmos fatores, há uma elevação das taxas criminais.

Entre 2002 e 2010 a criminalidade registrada em Itaguaí explode. Os dados demonstram essa evolução da escala do crime, especialmente no tocante ao crime de “assalto a transeunte”, o que compromete o livre andar pela cidade e delimita o tradicional contato social em vias públicas. O simples ato de ir ao banco torna-se é visto como uma ação potencialmente problemática e arriscada. As entrevistas demarcaram um sentimento de insegurança propagado pela sociedade itaguaense, que se é personificado na figura do migrante, é demonstrativo da insegurança face a nova estrutura local que é vivenciada e sentida pela cidade

Entendemos que os dados referentes a taxa de incidências criminais apontam para a inoperância de políticas públicas que pudessem garantir a segurança local. Mais do que isso: Itaguaí tem toda a sua lógica reorganizada em prol do desenvolvimento pretendido pelo Estado, embora o mesmo Estado não ponha em

prática ações que pudessem minimizar os impactos citadinos. O processo de reestruturação urbana em Itaguaí emerge prezo em uma ação perversa em que as políticas públicas implementadas localmente não incluem a população itaguaiense.

Tabelas - Itaguaí

Principais Ocorrências	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CRIMES CONTRA A PESSOA									
Homicídio doloso (total)	84	83	71	76	67	75	58	65	61
Tentativa de homicídio	28	28	22	35	31	52	31	66	60
Homicídio culposo (total)	36	22	34	23	32	35	36	31	40
Homicídio culposo(outros)	3	3	3	4	2	5	3	2	1
De trânsito (total)	33	19	31	19	30	30	33	29	33
Atropelamento	22	10	20	12	14	11	18	7	16
Colisão	11	6	10	2	6	5	7	1	3
Outros	X	3	1	5	10	14	8	4	14
Lesão corporal dolosa (total)	445	450	419	445	376	410	397	636	644
Lesão corporal dolosa	430	436	412	438	367	404	390	544	541
Lesão provocada por paf	15	14	7	6	9	6	7	7	4
Lesão seguida de morte	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Lesão corporal culposa (total)	205	212	230	279	227	220	179	335	365
Lesão culposa (outras)	18	8	20	13	14	10	13	20	15
De trânsito (total)	187	204	215	414	213	215	166	207	217
Colisao	115	93	104	98	93	74	61	68	54
Atropelamento	72	91	89	61	66	64	54	55	46
Outros	X	20	22	60	54	77	51	84	117
Ameaça	406	537	418	402	322	342	372	645	630
Pessoas Desaparecidas	22	24	35	22	37	23	39	35	53
CRIMES CONTRA OS COSTUMES									
Estupro	14	5	0	19	11	7	21	27	47
Atentado violento ao pudor	7	8	10	17	8	7	22	28	x
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Furto (total)	597	679	811	788	960	939	849	947	1069
Furto de veículo (total)	69	134	112	176	249	231	139	122	140
Furto de veículo - auto	60	110	97	160	220	222	135	113	115
Furto de veículo - moto	9	24	15	16	29	9	4	9	25
Furto (outras)	528	545	699	612	711	708	710	825	789
Roubo (total)	400	340	272	347	437	513	475	571	574
Roubo de veículo (total)	123	67	48	77	91	100	75	97	85
Roubo de veículo - auto	104	57	39	61	79	85	66	71	59
Roubo de veículo - moto	19	10	9	16	12	15	9	26	26
Roubo com condução da vítima para saque em	x	x	x	x	x	x	xx	1	1
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Roubo (outras)	120	101	71	97	93	117	72	x	x
Roubo (de carga)	13	5	6	1	3	5	5	2	14
Roubo (aparelho celular)	17	26	27	15	18	38	37	38	15
Roubo (estabelecimento comercial)	33	32	32	16	36	26	41	36	45
Roubo (a residencia)	41	48	25	41	35	30	23	15	16
Roubo (transeunte)	47	48	58	89	141	189	181	253	305
Roubo (em coletivo)	4	11	3	10	19	7	39	39	16
Roubo seguido de morte (latrocínio)	2	4	2	1	1	1	2	1	5
Extorsão	1	1	5	20	4	4	7	7	11
Extorsão mediante seqüestro	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Extorsão com momento de privação	x	x	2	1	0	0	0	0	1
Estelionato	59	53	50	92	75	76	115	130	121
ENTORPECENTES									
Uso ou porte	40	23	18	8	23	18	9	12	16
Tráfico	29	23	39	36	41	97	74	83	31
Apreensão	34	18	23	8	11	14	5	107	52

LEIS ESPECIAIS									
Porte ou posse ilegal de armas	57	62	41	46	9	72	63	45	46
CONTRAVENÇÕES PENAIS									
Jogo do bicho	0	3	0	0	10	5	28	2	0
Apreensão de material contravençional	1	5	0	1	7	0	0	1	1
FATOS A APURAR									
Auto de resistência	3	4	1	1	0	10	2	2	12
Encontro de cadáver	4	7	4	3	4	9	8	4	4
OCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS									
Apreensão de armas de fogo	28	124	167	98	65	126	98	83	90
Recuperação veículos	88	90	96	129	198	148	84	89	104
Recuperação (carga)	0	0	1	0	0	0	1	1	0
Registros de Ocorrência (total)	2888	2961	3067	3243	3468	3621	3370	4043	4595

Estadual

CRIMES CONTRA A PESSOA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homicídio doloso (total)	6200	5849	5668	5994	5708	5504	5227	4809	4418
Tentativa de homicídio	3037	2887	2739	2988	2944	3053	2604	3284	3082
Homicídio culposo (total)	2208	2301	2341	2616	2484	2691	2570	2197	2220
Homicídio culposo(outros)	155	187	189	264	199	222	241	206	199
De trânsito (total)	2053	2114	2152	2352	2285	2469	2329	1991	2021
Atropelamento	1219	1151	1172	1190	924	902	811	673	629
Colisão	834	508	558	545	408	437	452	389	396
Outros	x	455	422	617	953	1130	1066	929	996
Lesão corporal dolosa (total)	64398	48323	64184	68903	3732	64599	63380	68497	69539
Lesão corporal dolosa	62039	46210	61908	66483	3531	62930	61852	68457	69947
Lesão provocada por paf	2296	2062	2237	2362	151	1629	1528	1441	1189
Lesão seguida de morte	63	51	39	58	50	40	44	40	42
Lesão corporal culposa (total)	28796	28591	28851	23747	27639	28917	30741	31341	32603
Lesão culposa (outras)	3189	2512	2858	2888	2311	2558	2031	2036	2502
De trânsito (total)	25607	26079	26398	227859	25328	26935	28710	29305	30101
Colisao	14491	11257	11366	10764	8270	8279	8809	8733	8685
Atropelamento	11116	10785	10197	8269	6369	6422	6566	6252	6071
Outros	x	4037	4835	7361	10689	12234	13335	14320	15345
Ameaça	57054	180870	57778	60001	56626	56422	58618	64466	69309
Pessoas Desaparecidas	3490	4405	4289	4197	4304	4337	4817	5128	5319
CRIMES CONTRA OS COSTUMES									
Estupro	1145	611	1116	1329	1216	1303	1398	2216	4467
Atentado violento ao pudor	1455	981	1567	1916	1694	1642	2099	x	x
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Furto (total)	107263	119766	118927	126360	140888	157162	168945	170245	117776
Furto de veículo (total)	20720	19942	19464	21349	22651	21680	21628	20342	18752
Furto de veículo - auto	18364	17485	17437	19002	19987	19013	18848	17336	16031
Furto de veículo - moto	2356	2457	2027	2347	2664	2667	2780	20342	2721
Furto (outras)	86543	99824	99463	105011	118237	135482	147317	17336	31146
Roubo (total)	114720	118998	111208	114259	124704	137781	141175	3006	120300
Roubo de veículo (total)	34432	33531	32628	33512	34941	31849	27847	25036	20052
Roubo de veículo - auto	31056	30277	30242	30941	31734	28233	23752	20720	16991
Roubo de veículo - moto	3376	3254	2386	2571	3207	3616	4095	4316	3060
Roubo (outras)	29304	37060	29201	21161	18328	22508	17010	15159	5364

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Roubo (de carga)	4275	3463	2708	2161	1964	1615	3172	2650	2619
Roubo (aparelho celular)	13472	12760	11084	6913	7962	7592	8614	8499	6988
Roubo (estabelecimento comercial)	7081	7552	6163	5022	4821	4614	4894	4944	4667
Roubo (a residencia)	1751	1927	1798	1758	1709	1599	1493	1662	1465
Roubo (transeunte)	19053	17884	22256	36080	46340	59494	68039	71066	63346
Roubo (em coletivo)	5175	4653	5196	7469	8482	8347	9921	8930	8202
Roubo seguido de morte (latrocínio)	177	162	174	183	157	163	185	192	146
Extorsão	352	713	1158	2220	1861	1142	1703	1222	1409
Extorsão mediante seqüestro	22	4	10	10	6	5	8	11	7
Extorsão com momento de privação	x	x	26	81	58	32	54	67	77
Estelionato	9636	9790	12584	15886	18294	22498	23685	21719	24053
ENTORPECENTES									
Uso ou porte	4854	5243	4900	4817	4748	4215	3793	3943	4711
Tráfico	3445	3617	3295	3991	3603	4135	4200	4986	3057
Apreensão	4338	4490	3812	2953	2442	2078	1763	2129	1690
LEIS ESPECIAIS									
Porte ou posse ilegal de armas	4951	4361	2697	3550	3337	3264	3029	3194	3367
CONTRAVENÇÕES PENAIS									
Jogo do bicho	524	137	69	56	70	1256	2515	2258	302
Apreensão de material contravencional	269	100	142	301	134	2248	796	988	860
FATOS A APURAR									
Auto de resistência	696	892	760	844	793	956	490	785	642
Encontro de cadáver	1335	1464	1188	863	774	721	914	30	532
OCORRÊNCIAS ADMINISTRATIVAS									
Apreensão de armas de fogo	5165	15615	15121	14876	13312	11062	9533	1601	7601
Recuperação veiculos	30945	29947	26522	26332	26073	24452	21060	19913	16558
Recuperação (carga)	208	219	163	69	42	80	47	17	
Registros de Ocorrência (total)	502333	536163	550262	581416	609251	631684	654745	669716	674047

Participação por setor na economia de Itaguaí

	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública
1999	100,00	0,75	7,43	91,81	13,92
2000	100,00	0,50	15,65	83,85	35,71
2001	100,00	0,90	6,85	92,25	14,52
2002	100,00	0,70	7,93	91,36	13,68
2003	100,00	0,85	10,18	88,97	15,89
2004	100,00	0,64	8,97	90,39	12,10
2005	100,00	0,72	7,62	91,65	13,32
2006	100,00	0,81	9,11	90,08	15,51
2007	100,00	0,56	8,71	90,73	14,06
2008	100,00	0,51	8,09	91,40	13,90
2009	100,00	0,58	9,22	90,20	16,29

Referências Bibliográficas

Site G1- [-http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/mapa-oficial-do-rj-e-modificado.html](http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/mapa-oficial-do-rj-e-modificado.html)

BAIERL, Luzia Fátima. Medo social: da violência ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre violência no Brasil. In: MENDES, Candido et al (org). Reflexões sobre (In)segurança e (Des) esperança.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade escassa e violência urbana. In: Série Estudos, IUPERJ: Rio de Janeiro, número 91/ agosto de 1995.

CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto. Os sentidos da paixão. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

COCOOU, Giusepe. O Porto de Sepetiba : cenários, impactos e perspectivas : relatório global. Rio de Janeiro : s.n., 1999.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Garamond, 1999.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo - Estudos de Sociologia do Crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, Alessa Cristina P. de. Medos corriqueiros e sociabilidade em Cruz das Armas. In: Medos corriqueiros e sociabilidade. Koury, Mauro Guilherme Pinheiro.